

Boletim OPISA

Especial

As “Jornadas de Junho”

| n.2, jun./ago. 2013 |





Observatório Político
Sul-Americano

O **Observatório Político Sul-Americano - OPISA** é um núcleo de referência destinado ao monitoramento e registro de eventos políticos nos planos interno e externo dos países sul-americanos. Suas atividades principais envolvem a coleta e sistematização de informações relativas aos processos políticos dos países da região, bem como a elaboração de análises pontuais sobre aspectos e problemas das conjunturas doméstica e internacional da área.

Coordenadora Acadêmica

Maria Regina Soares de Lima
Ph.D. em Ciência Política pela Vanderbilt University

Assistentes de Coordenação

Regina Kfuri
Tatiana Oliveira

Assistentes de Pesquisa

Clayton Cunha (Bolívia)
Ana Carolina Vieira de Oliveira (Argentina)
Gabrieli Gaio (Paraguai)
Paula Gomes Moreira (Peru)
Pedro Archer Nogueira (Equador)
Fidel Flores (Venezuela)
Talita Tanscheit (Chile)
Tiago Sales (Colômbia)
Francisco Josué Medeiros de Feitas (Brasil)
Guilherme Simões Reis (Uruguai)

Boletim OPISA

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

Este Boletim foi elaborado principalmente com base nas informações referentes aos meses de junho a agosto de 2013.

O Boletim OPISA é publicado na segunda semana do mês seguinte aos três meses a que se refere.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são terminantemente proibidas.

ISSN 1809-8827

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
IESP/UERJ

Rua da Matriz, 82 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ | Tel.: (21) 2266-8300 Fax: (21) 2286-7146

<http://www.opsa.com.br>
E-mail: observatorio@iesp.uerj.br

Editorial

Política da política externa, jornadas de junho e participação social¹

*"Fazer Política externa lá fora é fácil, o
difícil é faze-la aqui dentro"²*

O termo "política" da política externa tem sido usado recorrentemente tanto por especialistas como pela mídia em geral. Muitas vezes, porém, o conceito assume significados distintos, o que dificulta sua utilização em qualquer argumento analítico. Utilizado em um sentido amplo, política significa um processo ou decisão que é objeto de disputa e/ou conflito político. Deste ponto de vista, a política constitui o cerne da atividade política em qualquer democracia. Na análise da política externa, ela muitas vezes é interpretada como algo negativo na medida em que uma decisão com estas características se afastaria das orientações, princípios, e normas emanados de um suposto "interesse nacional". Este, como se sabe, é um

conceito polissêmico podendo assumir diversos significados e também expressar distintos interesses dependendo de quem faz uso dele. O problema é que na disciplina de Relações Internacionais, o termo, ainda que não definido, é assumido *a priori* em algumas das principais correntes teóricas, em especial o realismo político e sua versão moderna do realismo estrutural.

A epígrafe acima do Embaixador Ítalo Zappa, um dos principais artífices da política africana do governo Geisel, remete a um dos significados que pode assumir a expressão "política da política externa". O processo aludido pelo Embaixador, fazia referência à negociação política interna conduzida por Geisel no processo de convencimento, persuasão e pressão sobre a "linha dura" do regime militar na implementação da decisão de reconhecer o governo socialista de Angola em 1975. Nesta acepção, política implica que a decisão não é fruto de uma vontade única que traduza o interesse nacional, nem de uma determinação exógena à vontade ou preferências de quem decide. Como é de conhecimento corrente, no modelo do ator unitário que informa as explicações sistêmicas ou deterministas, o Estado é o intérprete do interesse nacional. Se ao contrário, partimos da premissa de que o Estado não é coeso, mas atravessado por

¹ Agradeço os pertinentes comentários e sugestões de Monica Hirst, Letícia Pinheiro e Carlos Milani.

² Embaixador Ítalo Zappa, discurso pronunciado para os formandos no Instituto Rio Branco, em 29 de maio de 1991, citado em Letícia Pinheiro, *Foreign Policy Decision-Making under the Geisel Government*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

conflitos endógenos que, nos casos de autocracias, não são visíveis, nem que existe uma única definição do interesse nacional, a política externa é sempre politizada. Mas não necessariamente esta última afirmação é aceita com tranquilidade.

O que nos remete a um outro referente de como tem sido utilizado o conceito de politização. Neste caso, o termo é usado como crítica de uma política externa qualquer no sentido de que ela não estaria de acordo com os verdadeiros interesses nacionais cujo conteúdo é assumido e remetido a uma tradição qualquer de política externa. Como se trata de um contexto democrático, estaríamos assim diante de uma "partidarização" da política externa, movimento fatal para seus críticos por violar os sagrados princípios de uma tradição encarnada no conceito de interesse nacional. No Brasil, este é o sentido usado pela oposição aos governos do PT e pela mídia conservadora. Em vários artigos e pronunciamentos de líderes da oposição a acusação de um viés ideológico está presente na crítica a várias iniciativas da política externa dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff: a branda reação brasileira à nacionalização de refinaria da Petrobrás na Bolívia por Evo Morales; a entrada da Venezuela no Mercosul; o afastamento do Paraguai deste mesmo arranjo regional após um processo totalmente irregular de

impedimento do então presidente Lugo; a contratação de médicos estrangeiros em especial dos cubanos e, mais recentemente, todo o episódio da "fuga" cinematográfica do senador Roger Molina, asilado na Embaixada brasileira. No plano global também perfilam as relações com os países africanos e com o Sul de modo geral, as relações com o Irã e, em especial, a intermediação de Brasil e Turquia no caso do programa nuclear do Irã. A lista é grande e praticamente tudo que se afasta do relacionamento com os países do Norte é visto como pautado por razões ideológicas, viés partidário, etc. Normalmente o argumento é binário e soma zero: enfatizar as relações com o Sul ou com países progressistas na América do Sul implica em se afastar do Norte e dos países de tradição liberal.

De forma implícita ou explícita, nestes argumentos o "interesse nacional" está representado pelos ensinamentos e legado do Barão do Rio Branco transformado em uma figura mítica da diplomacia nacional. Qualquer afastamento da política externa daquele suposto legado é imediatamente transformado em séria violação desta tradição inventada. Porque inventada, permite enorme alargamento de interpretação das ações. Desta perspectiva, a política externa brasileira deveria ser sempre paramétrica, isto é, agiria sempre a

partir de um mesmo molde preconcebido independentemente das mudanças do *status quo*.

Por outro lado, esta interpretação também revela um sentimento tecnocrático, de negação da política, uma vez que se toda a política externa é politizada, ela sempre vai refletir as orientações político-ideológicas do governo de turno, no Brasil, nos EUA, na França, em quaisquer democracias. Sabemos todos que a política externa tem um forte componente de dependência de trajetória, pois muitas de suas decisões implicam em compromissos jurídicos internacionais que não são passíveis de reversão a cada mudança de governo sob pena do país perder sua credibilidade face aos parceiros. Mas isso não elimina a política da política externa a menos que se invoque um argumento tecnocrático. Na democracia, qualquer decisão do governante tem que necessariamente levar em conta o ambiente interno e o impacto de qualquer escolha sobre a dinâmica de apoio e oposição doméstica. É tão válido que o presidente Obama pondere a repercussão doméstica, no Congresso, na opinião pública, nos movimentos sociais, na esfera da sociedade civil norte-americana de uma eventual decisão de intervir militarmente na Síria, quanto que a presidente Dilma leve em conta estes mesmos fatores domésticos na sua decisão de adiar a

visita de chefe de Estado aos EUA, originalmente programada para outubro.

Há ainda um outro significado do termo politização e que vai na direção oposta do argumento acima, mas que comparte com o anterior a mesma característica de se referirem a processos e decisões que não estão encarcerados apenas na esfera estatal mas de alguma forma impactam e mobilizam atores da esfera pública. Há uma peculiaridade no caso brasileiro, uma vez que ambas representações, a negativa e a positiva, aludem ao fim do que a literatura denominou de "insulamento burocrático" do Itamaraty. Ora sabemos que o Estado brasileiro, como qualquer outro Estado, é poroso aos interesses privados, em especial dos setores economicamente mais poderosos. O termo "anéis burocráticos", cunhado por Fernando Henrique Cardoso, fazia referência exatamente a esta permeabilidade do Estado aos interesses econômicos dominantes. Mas por alguma razão, o conceito nunca foi utilizado na análise da política externa do regime militar, numa suposta aceitação tácita do insulamento do MRE ou de um alegado consenso com relação à política externa.

Ao contrário do argumento de partidarização da política externa, que parece ter nostalgia do insulamento

burocrático, em várias análises correntes o que está em jogo é exatamente esta alegada insularidade da diplomacia aos insumos da sociedade, em especial de seus setores mais organizados, em função de transformações da política externa. Desta forma, assistiu-se a uma mudança de escala da política externa em termos da ampliação de questões que atravessam as fronteiras nacionais e que tem dupla identidade por assim dizer, interna e externa, da diversidade de arenas de negociação e deliberação nos planos regional e global em que o país participa, bem como da multiplicação de atores domésticos, dentro e fora do Estado, direta ou indiretamente envolvidos na política externa.³ A principal implicação deste movimento é aproximar a política externa da política pública e, como tal, da necessidade de sujeitá-la aos mesmos procedimentos de controle da sociedade civil, resgatando-a do interior da zona cinzenta do Estado para a esfera pública não estatal.

A ampliação temática e de âmbitos de atuação da política externa tende a mobilizar dois segmentos na esfera pública que podem, inclusive, assumir posições opostas em uma mesma política pública internacional. Por um lado, os interesses econômicos

diretamente afetados positiva e negativamente por uma determinada política o que a literatura denomina "grupos de interesse", e que dependendo da política são seus *constituencies* que tenderão a se mobilizar em particular quando afetados negativamente. Em negociações comerciais, por exemplo, os setores econômicos menos competitivos e mais protecionistas estarão na posição inversa aos setores mais competitivos e favoráveis à liberalização comercial.

Os outros setores da esfera pública que tendem a se mobilizar atuam a partir de uma lógica política distinta uma vez que defendem interesses públicos, buscam ampliar a cidadania e se organizam como instâncias de crítica e controle do poder do Estado e do mercado. Em determinadas situações, pode ocorrer um acordo tácito entre estes dois segmentos, ainda que as motivações sejam distintas. A coalizão que se opôs à ALCA era desta natureza, heterogênea e tácita, incluía tanto os grupos de interesse de oposição à ALCA, bem como uma grande mobilização social, liderada pelos partidos de esquerda e movimentos sociais. Em qualquer situação, estamos diante da politização da política externa, na medida em que a mobilização joga para o espaço público um assunto que estava oculto da opinião dominante

³ Cf. Letícia Pinheiro e Carlos R. S. Milani, org., *Política Externa Brasileira: As Práticas da Política e a Política das Práticas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2012.

ou pelo menos de difícil acesso ao escrutínio público.

Claramente o que se tem observado é um alargamento da comunidade de política externa, entendendo esta como englobando atores diversos sejam governamentais ou não que estejam envolvidos com a política externa sob as mais diversas condições. Um desses desenvolvimentos está representado pela multiplicação de cursos de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais no país. Outro movimento inclui a mobilização das associações empresariais como a Associação de Comércio Exterior; FIESP; CNI, e outras que contam com departamentos internacionais. Também confederações e sindicatos de trabalhadores, como a CONTAG e a CUT, não apenas tem instâncias especializadas nos assuntos internacionais, mas constituíram uma extensa rede envolvendo sindicatos de representação nacional e internacional.

Outra novidade é a criação de *think thanks* com uma orientação mais de formulação de *policy*, como, por exemplo, CEBRI; BRICS Policy Center; Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial; ICONE, Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais; IEDI, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial; e IPEA,

uma agência vinculada ao Executivo que também atua como um centro de investigação e análise no campo internacional. Grandes empresas públicas e privadas também constituíram departamentos de assuntos internacionais, assim como as burocracias domésticas que operam na faixa das inúmeras iniciativas governamentais de cooperação técnica para o desenvolvimento, bem como os governos subnacionais com instâncias administrativas de temas internacionais. No âmbito do Executivo, cabe menção ao Ministério da Defesa que tanto em sua política declaratória como na prática da cooperação militar tem definido um novo nicho de atuação internacional significativa ainda mais pela novidade que representa. Mencione-se, por exemplo, a promulgação da Estratégia Nacional de Defesa de 2008, a participação em missões de comando nas Operações de Paz da ONU, a cooperação militar com países africanos e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, no âmbito da UNASUL, que reconfiguraram a vinculação entre defesa e diplomacia militar.

Partidos políticos de esquerda por meio de suas fundações, como a Perseu Abramo do PT e a Maurício Grabois do PCdoB combinam atividades de investigação e mobilização no campo internacional,

bem como as instâncias de cooperação regional de partidos de esquerda como o Foro São Paulo. Também se multiplicaram as organizações e movimentos sociais que trabalham em campanhas de temas de interesse público, algumas com longa experiência de acompanhamento e controle das políticas públicas e atividades de mobilização social. Entre eles podem ser citados o Movimento dos Sem Terras, MST; o Viva Rio que, a convite da ONU, desde 2004 participa da Missão de Paz no Haiti; a REBRIP, uma articulação de ONGs, movimentos sociais, sindicatos e associações profissionais nas áreas de política externa brasileira, processos de integração regional e comércio; o INESC que atua na democratização das instituições de governança global e ampliação da participação social nas deliberações de políticas públicas no país; a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais, ABONG; a FASE; e o IBASE. Outras mais especializadas como a Conectas Direitos Humanos; a Rede de Justiça Ambiental; o GTA, Grupo de Trabalho Amazônico e a ISA, Instituto Sócio Ambiental.

Há, portanto, hoje um vasto conjunto de ministérios e agências no governo federal, governos subnacionais, universidades, associações empresarias, sindicatos, think tanks, partidos políticos, organizações não

governamentais e movimentos sociais que estão diretamente envolvidos com temas internacionais e de política externa em uma indicação de como se ampliou expressivamente a assim chamada comunidade de política externa. Este fenômeno é algo realmente inédito que se observou a partir do processo de democratização no final dos anos 80, mas que ganhou mais volume a partir das inovações da política externa com os governos progressistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Uma iniciativa, de certa forma inédita, pois corta transversalmente distintos setores daquela comunidade, foi a formação em 2012 do Grupo de Reflexão sobre as Relações Internacionais, GR-RI que reúne representantes de movimentos sociais e sindicatos, partidos, fundações, professores, pesquisadores, ONGs e pessoas de diversas áreas de governo. Este grupo, constituído como espaço de reflexão e proposição no campo da política externa, tem como principal objetivo intervir no debate público sobre a política externa de uma perspectiva crítica a partir de um campo progressista. Em julho deste ano, o GR-RI organizou uma Conferência Nacional sobre a Nova Política Externa de 2003-2013 com a participação de dirigentes governamentais, lideranças políticas e de movimentos sociais, sindicalistas, acadêmicos e estudantes com a

presença de mais de 400 pessoas e expressiva audiência *on line* no Brasil e na região que no seu pico alcançou 12 mil expectadores.

Naquela ocasião foi entregue ao Ministro das Relações Exteriores a proposta formal da criação de um Conselho permanente de consulta, participação e diálogo da sociedade com o poder Executivo sobre a política externa. A constituição deste espaço institucional representará uma das principais inovações no processo decisório da política externa e está alinhada com outras experiências setoriais de consulta e participação social já existentes, como o Programa Mercosul Social e Participativo, o Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul, o Conselho Consultivo do Setor Privado da Camex e, no plano regional, o recém criado Foro de Participação Social Cidadã da UNASUL.

Como se sabe, a Constituição Brasileira determina que a política externa é de competência privativa do Poder Executivo Federal que delega a sua implementação ao Ministério das Relações Exteriores. A politização da política externa não necessariamente questiona esta prerrogativa constitucional, mas sim a inexistência de espaços institucionais formais que possam garantir a participação no processo decisório de *todos* os segmentos da esfera pública e não,

apenas, como ocorre desde sempre, dos setores empresariais. Estes espaços institucionais permanentes e com regras definidas para o diálogo entre Estado e sociedade civil já existem em diversas outras políticas governamentais. Trata-se apenas de replicá-lo para a política externa, uma política governamental semelhante às demais políticas públicas. Este o sentido último da politização da política externa, seu objetivo é a democratização da mesma. Se opor à politização ou defini-la como partidarização significa em última análise a negação da política e o retorno ao insulamento burocrático da política externa que, como se viu, dependendo do setor, nunca foi tão insulada assim.

Os artigos que compõem este Boletim têm como foco as manifestações de junho. No primeiro deles, Guilherme Simões Reis analisa a dinâmica instalada no Congresso em resposta à iniciativa da Presidente Dilma Rousseff da realização de uma ampla reforma política. Como se sabe, esta iniciativa tentou responder ao sentimento difuso de insatisfação expresso pelas manifestações de junho passado. Uma das constatações do autor é que uma reforma concebida para atender à também difusa demanda para aumentar a representatividade das instituições

políticas abriga dentro dos partidos de direita propostas que restringem esta mesma participação, como aquela já tradicional no menu das forças conservadoras de abolição da representação proporcional. Por sorte, como aponta Guilherme, a enorme incerteza que se abre ao se tentar mudar o *status quo* institucional, por representantes eleitos por estas mesmas regras, geralmente acabam sendo abortadas uma vez que os próprios representantes não tem como saber *ex-ante* como serão afetados pelas mudanças das regras vigentes que os elegeram.

De uma perspectiva da economia política, Josué Medeiros analisa as jornadas de junho como o resultado da emergência na política de movimentos que se dão na base da estrutura de classe e que só se tornam visíveis quando afloram à superfície muitas vezes de forma caótica, mas que respondem a transformações estruturais profundas da sociedade brasileira. O desenvolvimento econômico promovido pelo governo Lula impulsionou uma dinâmica social nova que se expressa no movimento das classes e na emergência de novos protagonistas no mercado e na política. O artigo de Josué ilustra à perfeição a máxima de que o aprofundamento do desenvolvimento capitalista transforma a estrutura de classe, fortalecendo a classe

trabalhadora. São as contradições do capitalismo que favorecem a expansão da democracia, não o mercado ou os capitalistas.

Finalmente, a propósito das jornadas de junho, Talita Tanscheit enfrenta as contradições dos partidos de esquerda tanto nas democracias avançadas como nas novas democracias no Sul. As opções da esquerda europeia, a partir da segunda metade do século XX e sua conformação à ordem liberal deveria funcionar como um contraexemplo a ser evitado pelos partidos progressistas na América do Sul, em especial o PT. Sua avaliação é afirmativa neste particular, ao analisar a dinâmica chilena em curso, bem como os desafios do PT diante da nova conjuntura que, numa perspectiva otimista, poderia induzir ao aprofundamento das práticas participativas um dos principais ativos políticos do Partido dos Trabalhadores, mas que no atual governo não tem tido o mesmo dinamismo que no governo Lula. Oxalá as jornadas de junho reascendam a chama participativa anterior e seu rastilho alcance também a política externa.

Maria Regina Soares de Lima

Rio de Janeiro, outubro de 2013.

Assuntos Legislativos

Reforma política: democratização, conservadorismo e medo do imprevisível.

Guilherme Simões Reis
Pesquisador OPISA

No Brasil, desde a promulgação da Constituição de 1988, nunca faltaram iniciativas de mudanças nas instituições políticas. Por meio de emendas constitucionais, foi antecipado para 1993 um plebiscito sobre qual sistema de governo adotar, em que se manteve o presidencialismo, foi reduzido o mandato presidencial de cinco para quatro anos, foram suspensos os efeitos da renúncia dos parlamentares que estivessem sob processo de cassação, foi permitida a reeleição consecutiva para o Executivo. Além disso, foram promulgadas leis regulamentando as eleições, os partidos políticos, os plebiscitos e referendos, a caracterização da compra de voto etc.

Apesar de já haver diversas proposições sobre variados aspectos da reforma política tramitando na Câmara, foi formada uma Comissão Especial que elaborou o Projeto de Lei 2.679/2003, que implicaria várias mudanças, como a introdução da lista

fechada, a criação de federações mais estáveis de partidos para substituir as coligações, e o financiamento público exclusivo de campanha. Depois, para esvaziar a pauta, o mesmo texto foi reapresentado como Projeto de Lei 1.210/2007 e todos os demais projetos sobre reforma política, incluindo o PL 2.679/2003, foram rejeitados em bloco.

Se por um lado a reforma política não é, portanto, algo novo na agenda, por outro o tema retomou força depois de semanas consecutivas marcadas por manifestações populares nas ruas em mais de 100 cidades brasileiras em 06/2013. A presidente Dilma Rousseff tentou aplacar a difusa insatisfação colocando em pauta a realização de ampla reforma política, ainda que seja questionável que esta tivesse posição de destaque nas reivindicações. A ideia original, divulgada em 24/06 após reunião com prefeitos e governadores de todas as unidades da Federação, era a de se realizar um plebiscito sobre a convocação de uma assembleia constituinte específica para tratar das mudanças institucionais referentes à representação política.

A proposta da presidente tinha antes o intuito de oferecer alguma resposta aos manifestantes do que o de canalizar a reforma política para alguma direção específica. A receptividade a essa iniciativa na

classe política, por sua vez, está longe de ser consensual e entusiasmada. A incerteza sobre os efeitos das mudanças leva grande parte dos políticos a preferir manter as regras como estão, visto que foram capazes de vencer eleitoralmente em disputa delimitada por elas. Deixar para que a população decida os rumos das mudanças via plebiscito aumenta essa insegurança.

Menos de 24 horas após o anúncio, quando recebeu críticas de vários juristas e ficou claro que mesmo entre aliados próximos não havia consenso, a mandatária recuou de sua proposta de Constituinte, mas manteve a intenção de que se convocasse um plebiscito, enviando em 02/07 mensagem com cinco temas específicos para que a população se posicionasse a respeito. Entre elas estava a possibilidade de substituição do sistema eleitoral, com as alternativas de se passar à lista fechada ou mesmo de se tornar majoritário.

Um ponto talvez mais importante do que o do sistema eleitoral é o da eventual mudança do financiamento de campanha para exclusivamente público (com a opção ainda de permitir o financiamento privado, mas apenas de pessoas físicas, excluindo-se a doação de empresas, bem como a estipulação de um teto de arrecadação ou de doação individual).

Além desses pontos, também haveria uma consulta sobre o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais (questão importante, já que, como existem hoje, possibilitam que votos dados a um partido migrem para outro), outra sobre o fim da suplência de senador e uma sobre o fim do voto secreto no Congresso (uma semana após negar em votação sigilosa a cassação de um deputado já condenado a 13 anos de prisão, Natan Donadon, a própria Câmara votou por unanimidade em 03/09 pela obrigatoriedade do voto aberto no Congresso, cabendo ao Senado referendar a emenda constitucional PEC 349 ou não). Essas parecem ser as mudanças menos polêmicas, tendo adesões em partidos de todos os matizes; agremiações partidárias menores, no entanto, costumam defender a substituição das coligações por “federações de partidos” de caráter mais duradouro.

Além da divergência sobre quais regras adotar, a própria consulta popular não é ponto pacífico nem mesmo quanto ao momento de sua realização: enquanto alguns, entre os quais a presidente Dilma Rousseff e seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), defendem um plebiscito para delimitar os marcos essenciais da reforma política, outros advogam para que, terminados os trabalhos legislativos, haja um referendo para aprovar ou não o

desenho institucional que tiver sido formulado. Já em 27/06 o Partido Progressista (PP) entregou a Dilma documento em defesa da realização do referendo e contra o plebiscito, com o argumento de que o tema era demasiadamente complexo e repleto de opções para que a população se manifestasse sobre ele nas urnas sem uma proposta pré-definida. A presidente já afirmou ser contrária, pois seria grande a chance de o projeto ser rejeitado pelo eleitorado, de modo que não seria atendido o anseio de mudança. O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), declarou em 09/07 que não há a possibilidade de se chegar a uma reforma política cujas mudanças já valham para as eleições de 2014, por falta de tempo hábil. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou que seria necessário um prazo de 70 dias para organizar a consulta à população.

O PT já havia iniciado em 12/04/2013 uma "Campanha Nacional pela Reforma Política" para colher o 1,5 milhão de assinaturas necessário para apresentar projeto de lei de iniciativa popular de reforma política (incluindo a convocação da assembleia constituinte exclusiva, além da adoção do financiamento público exclusivo e da lista fechada com paridade de gênero), ou seja, antes dos protestos

e da reação da presidente. Em 08/2013, em movimento paralelo, o PT acordou com os demais partidos governistas de esquerda – Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) – dar início a processo de decreto legislativo na Câmara para a convocação de plebiscito para consultar o eleitorado sobre três temas da reforma política: financiamento de campanhas, a possibilidade de apoio via internet para projetos de iniciativa popular e a coincidência entre as eleições municipais e federais.

O PT, no entanto, tem problemas em sua própria bancada para ser capaz de agir em bloco sobre a reforma política. O deputado Henrique Fontana foi o relator da Comissão Especial de reforma política na Câmara e era o indicado do partido para participar do novo grupo de trabalho formado em 10/07 para tratar do tema (devendo apresentar projeto para votação em até 90 dias). O presidente da casa, deputado Henrique Alves, do PMDB, no entanto, articulou em 16/07 diretamente com outro petista, Cândido Vaccarezza, que este fosse o coordenador do comitê, contrariando a decisão da própria bancada do PT. Várias reuniões foram realizadas para contornar o impasse, que reflete ainda divisões internas do próprio PT, pois Vaccarezza faz parte do campo

Construindo um Novo Brasil (CNB), enquanto Fontana pertence à Mensagem ao Partido.

Apesar de originalmente a previsão ser a de cada partido só ter um representante, Alves manteve a nomeação de Vaccarezza na presidência e relatoria e abriu nova vaga para que o PT indicasse seu representante. Fontana afirmou que não participaria nessas condições e que Vaccarezza deveria declinar da indicação. Como ambos permaneceram irredutíveis, o PT, então, indicou Ricardo Berzoini para compor o colegiado. Vaccarezza defende uma minirreforma política mais moderada, muito diferente do projeto petista e mais próxima do que quer o PMDB, mantendo, por exemplo, o financiamento privado de campanha, que se limitaria a sofrer ajustes, como o estabelecimento de um teto. Além dele e de Berzoini, fazem parte do grupo de trabalho outros 14 membros de 13 partidos. Além do PT, apenas o PSB tem dois representantes: Júlio Delgado (PSB) e Luiza Erundina, que foi incluída depois para representar a bancada feminina.

Sistema eleitoral: a luta da direita para abolir a representação proporcional

O PT historicamente defende a manutenção do sistema proporcional e apresenta em seu projeto de lei de

iniciativa popular a substituição da lista aberta pela fechada. O fim do voto personalizado favorece partidos com marca mais forte e menos voltados para políticas personalistas. A lista fechada também é defendida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pela própria Central Única dos Trabalhadores (CUT). A CUT e o PT sugerem ainda a alternância entre homens e mulheres na lista pré-ordenada, uma pauta recorrente entre as feministas, pois acaba com a sub-representação feminina. O PC do B ainda não definiu posição sobre lista fechada ou lista flexível, mas tende a querer reduzir o caráter pessoal do voto.

O artigo 45 da Constituição determina que os deputados federais sejam eleitos pelo sistema proporcional. Por isso, todas as propostas que instituem um caráter majoritário para a eleição para a Câmara requerem tramitação como Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que precisa ser votada em dois turnos nas duas casas legislativas com no mínimo 60% da votação em ambas. Em linhas gerais, é a direita, governista ou de oposição, que tem defendido propostas mais drásticas, que envolvam o aumento da desproporcionalidade, o que afeta o princípio democrático da pluralidade amparado na Carta de 1988.

Além do fim da reeleição – que foi instituída pelo próprio partido quando

o presidente era Fernando Henrique Cardoso – o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) vem defendendo variações de sistema eleitoral em que o caráter majoritário esteja presente. Em 2007 adotou como posição oficial a defesa do sistema uninominal (que é vulgarmente chamado de “distrital” na mídia, o que é um equívoco, pois todo sistema eleitoral utiliza distritos ou circunscrições eleitorais), sustentada pelo próprio Fernando Henrique e pelo ex-governador paulista José Serra, além do senador Aloysio Nunes e do ex-deputado Arnaldo Madeira. A partir de 2011, no entanto, a bancada do PSDB na Câmara passou a defender o sistema misto – que combina o majoritário e o proporcional – sendo esta a posição atual do presidente do partido, o senador mineiro Aécio Neves.

Outro sistema que tem tido adesões no campo conservador é o vulgarmente chamado de “distritão”, que é conhecido tecnicamente como voto único não transferível, nome completamente ignorado por políticos e jornalistas. Francisco Dornelles, atual presidente da Comissão de Reforma Política do Senado e presidente de honra do PP, foi autor em 2007 de projeto de emenda à Constituição defendendo a adoção desse sistema majoritário, em que os candidatos mais votados de cada estado, independentemente de seu

partido, seriam eleitos. Diferentemente do sistema uninominal, também majoritário, este é um sistema eleitoral plurinominal, ou seja, com mais de um representante eleito por distrito ou circunscrição. Os distritos se manteriam os mesmos de hoje, mas, em contraste com o funcionamento da lista aberta, os votos não seriam mais agregados por partido, elegendo-se os candidatos individuais mais votados independentemente do restante da votação da sigla. Trata-se de sistema eleitoral hiperpersonalista, que fragilizaria ainda mais os partidos políticos, o que seria claro revés para a consolidação da democracia brasileira. Em 2011, Dornelles afirmou que o sistema uninominal seria o seu preferido, mas que julgava o “distritão” mais facilmente operacionalizável por não precisar mudar os distritos, mantendo-se as Unidades da Federação como as circunscrições eleitorais. No PMDB, o vice-presidente Michel Temer também defende o voto único não transferível, com grande apoio dentro do partido, e o senador Romero Jucá propôs esse sistema como substitutivo em seu relatório para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas esta o rejeitou em 06/07/2011.

O atual presidente do Senado e seu antecessor, Renan Calheiros e José Sarney, ambos também do PMDB, destoam de Temer e Jucá e são

favoráveis ao sistema misto. O PPS também apoia o sistema misto (ainda que seu representante no grupo de trabalho, o deputado Sandro Alex, defenda o sistema uninominal) e o fim da reeleição e, além disso, advoga pela realização de segundo turno nas eleições para prefeito dos municípios acima de 50 mil eleitores – e não apenas acima de 200 mil, como atualmente – e pela permissão de candidaturas avulsas, sem partido. Se por um lado isso soa responder a parte dos manifestantes, avessa a todas as organizações partidárias, por outro não contribui em nada para melhorar a política brasileira, enfraquecendo as agremiações e fortalecendo a personalização.

A posição do Partido Social Democrático (PSD) é de defesa do sistema uninominal, que inclusive consta na plataforma do partido tal como formulada por seu presidente nacional, Gilberto Kassab, e pelo Ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif. No PDT, ao menos três vozes proeminentes apoiam o sistema uninominal: o representante do partido no grupo de trabalho na Câmara, o deputado Miro Teixeira, e os senadores Cristovam Buarque e Pedro Taques. Como se pode ver, a defesa consensual do sistema proporcional, tendendo à adoção de listas fechadas ou flexíveis, basicamente se resume aos três

partidos parlamentares mais à esquerda do espectro político: o PT e o PC do B, do governo, e o PSOL, na oposição. À exceção do PSB, em situação indefinida, os demais querem, salvo um ou outro quadro dissidente, abolir a representação proporcional.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral formularam proposta que não tem tido rejeição veemente. Trata-se de um sistema eleitoral proporcional “de dois turnos” (totalmente diferente do sistema de dois turnos de tipo majoritário, o *ballotage*, tal como usado na França). Pelo sistema proposto pela OAB, os eleitores votariam apenas no partido no primeiro turno, tal como ocorreria na lista fechada. A diferença é que, nesta, os partidos elaboram uma lista pré-ordenada de candidatos e aqueles localizados nas primeiras posições ocupam as cadeiras conquistadas proporcionalmente pela agremiação. No projeto da OAB, por sua vez, os eleitores voltariam às urnas para um “segundo turno”, quando os partidos apresentariam o dobro de candidaturas que o número de cadeiras que eles conquistaram, e a população votaria nesses nomes, preenchendo-se, assim, as vagas na Câmara.

Esse método tem sido tratado como enorme inovação, escapando à percepção dos analistas o fato de que tal sistema nada mais é do que uma variação da própria lista aberta adotada hoje. Caminharia no sentido de fortalecimento das identidades partidárias, o que é importante, sem prejudicar a proporcionalidade. Entretanto, ajuste semelhante poderia ser realizado em turno único, o que significaria dispêndio menor de recursos públicos: para se ter efeito equivalente, bastaria que se ajustassem as urnas eletrônicas para que o eleitor escolhesse antes um partido e, em seguida, optasse por um dos candidatos dessa agremiação no distrito. Uma vantagem na forma proposta pela OAB, no entanto, é o fato de que, na campanha do primeiro turno, os partidos precisariam fazer uma propaganda eleitoral mais voltada para a plataforma partidária e com caráter menos personalista.

PT e PSOL sozinhos na defesa do financiamento público exclusivo

O PT e o PSOL defendem o financiamento exclusivamente público, mas, no restante da esquerda, as adesões são menores do que se poderia prever. Miro Teixeira (PDT) quer apenas fazer ajustes no modelo atual, com a criação de um fundo público que conte inclusive com a doação de empresas. Manuela D'Ávila (PC do B) tem posição

equivalente à do PPS e à da proposta formulada por OAB, CNBB e Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral: combinar financiamento público com doações de pessoas físicas, mas não de empresas, estabelecendo um teto.

O PMDB quer fortalecer o poder das direções partidárias mas não está preocupado com a redução do poder econômico nas eleições: quer apenas proibir o financiamento direto para o candidato individual, mantendo inclusive as doações de empresas, posição equivalente à do representante do PSDB no grupo de trabalho, Marcus Pestana.

Outras propostas e cálculos eleitorais

O PMDB vem promovendo a proposta da coincidência temporal das eleições municipais, estaduais e federais, deixando de haver pleitos a cada biênio. A proposta de emenda constitucional PEC 71/2012 é de autoria do senador Romero Jucá e foi assumida entusiasticamente pelo presidente do partido no Rio de Janeiro, Jorge Picciani. Os argumentos são o de redução do gasto de dinheiro público e o de não contágio do processo eleitoral nas políticas públicas. A realização de eleições simultâneas para tantos cargos – presidente, governador, prefeito, senador, deputado federal, deputado

estadual e vereador –, no entanto, tem como corolário a menor atenção do eleitorado e da mídia para os processos eleitorais para os cargos menos relevantes, notadamente os legislativos, o que é obviamente prejudicial para a qualidade do pleito.

A defesa de tal proposta pode se explicar por uma provável maior confiança nas estruturas clientelistas (“centros sociais”) mantidas por candidatos do PMDB do que na sua capacidade de disputar votos mais programáticos. O PSB também defende essa mudança, possivelmente para dar mais opções estratégicas para seu crescente contingente de quadros ocupando governos estaduais e prefeituras municipais.

Como observado na primeira seção, a coincidência entre eleições municipais, estaduais e federais está, também, entre os pontos que constam na proposta de plebiscito lançada por PT, PDT, PC do B e PSB, juntamente com o financiamento de campanha e a possibilidade de apoio via internet para projetos de iniciativa popular. A realização de todas as eleições em um único momento destoa do restante do plebiscito, de caráter marcadamente progressista, talvez como concessão para obter as assinaturas necessárias. A possibilidade de financiamento exclusivamente público, ou ao menos a de proibir o financiamento de empresas, é o ponto mais decisivo da

reforma política e os setores menos comprometidos com o capital ganham com sua politização. O outro tópico, sobre leis de iniciativa popular que contem com a internet em seu processo de recolhimento de assinaturas, faz parte de uma agenda geral de ampliação da participação popular. Além disso, foi inteligente que o PT e o PC do B não incluíssem a pergunta sobre sistema eleitoral – que a presidente Dilma havia originalmente mencionado –, pois é uma questão demasiadamente técnica e era grande o risco de aprovação de redução da proporcionalidade e instituição de caráter majoritário nas eleições para a Câmara (não são mencionados, aqui, o PSB e o PDT dada a indefinição do primeiro sobre o tema e o estranho apoio de pedetistas ao sistema uninominal).

Voltando às questões que fazem parte das propostas de reforma política no Brasil hoje, um ponto claramente casuístico é o da defesa do fim da reeleição. É apoiado tanto pelos partidos de oposição – PSDB, DEM, PPS –, como pelo PSB, que tem no governador pernambucano Eduardo Campos possível concorrente à Presidência, e pelo PMDB (mas apenas para depois de 2014). O PT, obviamente, é contra, até porque Dilma Rousseff é sabidamente candidata à reeleição. PMDB, PSB e PSDB pretendem, paralelamente ao

fim da reeleição, aumentar os mandatos para cinco anos.

O PSOL tem enfatizado mecanismos de ampliação da participação democrática da população, tal como regras mais fáceis para que sejam apresentados projetos de lei de iniciativa popular e a instituição do mecanismo de revogação dos mandatos eletivos (*recall*). Uma medida mais radical – que vem tendo pouca repercussão – foi sugerida pelo líder do PDT na Câmara, deputado André Figueiredo, e aparece entre as 13 propostas de reforma política da CUT: extinguir o Senado e instituir um parlamento unicameral no Brasil. A CUT divulgou em 02/07 um conjunto de propostas de reforma política, que teriam impacto bem mais efetivo do que as propostas dos partidos, mesmo considerando-se a agenda do PT antes de Vaccarezza agir para ajudar o PMDB a frear suas intenções.

No Senado, Romero Jucá (PMDB) é relator de uma proposta de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012) que está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a intenção de ser enviada para a Câmara dos Deputados o mais rapidamente possível, para realizar as mudanças na Lei Eleitoral e na Lei dos Partidos Políticos a tempo de valerem para a eleição de 2014. Diferentemente das discussões que estão em vigor na Câmara, podendo

levar a mudanças profundas no sistema político, pondo em pauta alterações drásticas no financiamento de campanha e no sistema eleitoral (Vaccarezza já anunciou que o que for decidido não valerá para 2014), a proposta de minirreforma política do Senado trata de questões menos decisivas, como a regulamentação das campanhas e a transparência das doações, não assustando, portanto, os parlamentares, temerosos da imprevisibilidade das mudanças nas regras.

Processos Políticos

As classes sociais estão em movimento no Brasil: Um balanço das jornadas de junho

Josué Medeiros
Pesquisador OPISA

As grandes manifestações de jovens nas principais cidades brasileiras são resultado de uma dinâmica social nova que se estabeleceu no Brasil nos últimos dez anos, e que colocou todas as classes sociais do país em movimento. Pesquisa do Datafolha publicada no dia 21 de junho de 2013 (ou seja, quinze dias após o início dos protestos) indica que 53% dos manifestantes no Rio e em São Paulo

eram compostos por jovens de menos de 25 anos, e que a ampla maioria (70%) eram das classes médias e da classe trabalhadora, vivendo de aluguel e usando transporte público. A partir desse perfil, o presente texto tentará analisar os movimentos das classes sociais brasileiras e a reação do sistema político-partidário a esses movimentos como chave pra explicar não apenas os protestos, mas também as disputas políticas que se abriram na sociedade brasileira.

Introdução: Estão as classes sempre em movimento?

A resposta à pergunta acima é dupla. Sim, classes sociais estão sempre em conflito, e desta forma, sempre em movimento, buscando defender seus interesses. Porém, a resposta também pode ser não. Uma sociedade pode estar estagnada no ponto de vista econômico, político, cultural, social. Nesse caso, portanto, as classes sociais estão deprimidas, paralisadas. Seu movimento é inercial, no máximo de resistência.

Essa segunda situação foi o que ocorreu no Brasil dos anos 1990, para exemplificar. A enorme expectativa de que seria possível construir, junto com a redemocratização do país, uma sociedade socialmente justa se perdeu em meio às sucessivas crises econômicas que aprofundaram a desigualdade do capitalismo

brasileiro. Foram desperdiçadas as grandes energias catalisadas pelos diversos processos de mobilização social de massas, tais como as Diretas Já em 1984-1985, as manifestações da Constituinte entre 1987 e 1988, as grandes greves que sacudiram a estrutura econômica brasileira em toda a década de 1980 e o Fora Collor em 1992. As esperanças geradas por esse processo foram derrotadas em nome da entrada na modernidade neoliberal, primeiro a vitória de Fernando Collor de Mello nas primeiras eleições diretas para presidente do Brasil desde 1960, e finalmente com a chegada do sociólogo Fernando Henrique Cardoso à presidência em 1995. O neoliberalismo prometeu o paraíso do primeiro mundo, mas entregou a tragédia social do aumento da miséria e do desemprego ao final do século XX.

O cenário social que gerou as jornadas de junho é absolutamente distinto. O Brasil está completando em 2013 dez anos da sua primeira experiência histórica de um partido de esquerda na presidência da república. Em 1º de janeiro de 2003 o ex-metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva era empossado presidente, alguns meses após uma expressiva vitória eleitoral onde ele e o Partido dos Trabalhadores (PT) mandaram mensagens contraditórias: mudança - baseada na crítica ao neoliberalismo e

à necessidade retomar o desenvolvimento econômico; e continuidade - calcada na proposta de não promover rupturas com o sistema capitalista nem com as instituições democráticas constituídas desde 1988 e a Carta Cidadã e reformadas pelo neoliberalismo na década de 1990.

Após um primeiro mandato turbulento, com dificuldades econômicas e escândalos de corrupção, Lula e o PT conseguiram retomar a rota do desenvolvimento econômico, sempre mantendo a prática de recusar conflitos e rupturas, e terminaram por vencer as duas eleições presidenciais seguintes, sendo ele mesmo, Lula, reeleito em 2006, e elegendo sua sucessora em 2010, Dilma Rousseff, também do PT, primeira mulher presidente da república do Brasil.

Esse paradoxo da transformação social/manutenção da ordem é expressão do dilema fundamental que atravessou a esquerda europeia ao longo do século XX, qual seja, como levar a cabo seus programa original de construção do socialismo – isto é, de uma sociedade com relações sociais diferentes daquelas predominantes no capitalismo – a partir de vitórias eleitorais e da prática democrática, na qual os partidos dos trabalhadores não possuíam maioria necessária para implementar esse programa.

De fato, os socialistas e a esquerda da Europa foram atravessados por esse limite, e em alguns momentos conseguiram colocar suas sociedades em movimento, em outros acabaram presos à depressão do *status quo*. No primeiro caso estão o rol de conquistas sociais construídas entre os anos 1920 e 1980 e que são hoje (ou ao menos deveriam ser) patrimônio da humanidade. No segundo caso está a postura conservadora da socialdemocracia no final do século XX e início do século XXI, quando se mistura com os partidos de direita na defesa da ordem estabelecida na Europa, incluindo aí uma adesão ao neoliberalismo e o apoio a algumas guerras imperialistas.

Não é o caso, aqui, de comparar as experiências da socialdemocracia europeia com aquelas desenvolvidas pelo PT e pela esquerda brasileira no governo. Trata-se de tarefa árdua, trabalhosa, dadas as diferenças históricas avassaladoras. Por ora basta registrar que também o PT se viu posto diante deste impasse estrutural clássico da esquerda europeia, e entender as jornadas de junho pode ajudar a evitar a resposta de manutenção do status quo, para com isso manter a sociedade brasileira e suas classes sociais em movimento, tal como ocorreu no Brasil na última década.

As classes sociais em movimento nos últimos dez anos

A questão não é marcar que pela primeira vez a sociedade brasileira se pôs em movimento. Desde o século XIX, desde a independência pelo menos, que as classes sociais do Brasil se mobilizam, buscam debater seus destinos, construir seus caminhos coletivos. As elites e as classes dominantes procurando manter a direção do processo, as classes subalternas tentando fazer parte das decisões, romper com o isolamento político e com a exclusão social. As muitas revoltas populares do século XIX e século XX são expressão desse quadro tenso, marcado justamente pela ausência de democracia.

Na medida em que o Brasil acelerava o seu desenvolvimento capitalista no século XX, aumentando a urbanização, a formação de uma classe média nas cidades, intelectualizada, e a organização de uma classe trabalhadora urbana, mais ainda esse cenário de conflitos se radicalizava. Os anos 1920 foram ricos nas manifestações desses processos, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a Semana de Arte Moderna, as revoltas tenentistas. O mesmo pode-se dizer dos anos 1950 e 1960, com greves por todo país, com os camponeses entrando na cena política com suas Ligas, com a

juventude brigando pela reforma universitária.

A resposta das classes dominantes sempre foi o autoritarismo. A república velha e a questão social como caso de polícia; o Estado Novo getulista; As diversas tentativas de golpes ao longo da experiência democrática de 1946-1964, finalizada justamente pelo sucesso de mais um movimento autoritário nacional, o golpe militar de 01 de Abril de 1964. A Ditadura Militar instalada nesse ano de fato mexeu com a estrutura de classes nacional, ao custo da maior violência política já cometida pelo Estado na história do Brasil. Ou seja, novamente a sociedade não podia ser por em movimento pleno.

Mesmo Fernando Henrique Cardoso, intelectual liberal que lutou contra a Ditadura Militar no Brasil, não hesitou em apelar para o uso das forças armadas logo no seu primeiro ano como presidente da república, em 1995, para enfrentar uma greve dos trabalhadores da Petrobrás. Um fato simbólico da dificuldade nacional em combinar democracia e desenvolvimento, tendo em vista que nos primeiros anos o sociólogo/presidente conseguiu bons ventos econômicos. Ao fim ao cabo, no seu governo a estrutura de classes do Brasil manteve a sua brutalidade histórica, com a existência dos 40 milhões de miseráveis permanecendo

inatacada, e mais uma vez as classes paralisadas pela crise econômica.

Não obstante, os últimos dez anos foram distintos, e nesse sentido é sim a primeira vez que a sociedade e as classes sociais brasileiras estão em movimento. O desenvolvimento econômico promovido pelo governo Lula e Dilma mexeu com a estrutura de classes do país, e essas gozam de pelo exercício dos seus direitos políticos, das suas possibilidades culturais, etc. Nunca antes na história do país esses dois processos haviam ocorrido ao mesmo tempo. O amplo, perverso e historicamente persistente contingente de miseráveis foi reduzido com políticas de transferência de renda em larga escala. Muitos desses cidadãos saíram da pobreza extrema e passaram a ter um primeiro contato com o mercado de trabalho - ainda que na base da pirâmide - ao mercado de consumo, ao mundo das informações, e às dinâmicas das disputas políticas e eleitorais. Esse múltiplo contato com novos mundos gera demandas, desejos, movimentos.

A classe trabalhadora, base fundamental do PT, pode ser dividida em duas - do ponto de vista sociológico - a partir dos dez anos de governo do PT. De um lado, a agora chamada classe trabalhadora tradicional, composta pelo operariado industrial, pelos trabalhadores dos

setores públicos, tais como empresas estatais, saúde, educação, e/ou dos serviços fundamentais da economia que são, na maior parte, privados, como transportes, bancos, etc. Esses, na sua maioria, seguem utilizando os canais políticos construídos na redemocratização, tais como partidos, sindicatos, associações de moradores, e a partir delas vêm conquistando melhorias em seu padrão de vida, escolaridade, renda, etc.

De outro lado, uma nova classe trabalhadora, composta na sua maioria pela nova parcela de brasileiros e brasileiras que, pela primeira vez, consegue acessar os mercados de trabalho e de consumo. Trata-se de uma classe trabalhadora concentrada na base da pirâmide, bastante diversa em suas origens, em suas demandas, na forma como se inseriram no mundo do trabalho, alguns pela abertura de pequenos negócios próprios, muitas vezes familiares (cabeleireiros, pequenos comércios, "lan houses", serviços gerais que exigem algum conhecimento técnico, tais como informática, eletrônica, mecânica, etc) e alguns até mesmo pela reconstrução do Estado brasileiro na última década, com a retomada e mesmo expansão dos concursos públicos para as menores faixas de escolaridade. Essa nova classe trabalhadora ainda é difícil de ser decifrada, pois está forjando seus instrumentos políticos,

seus desejos culturais e coletivos, suas saídas e seus projetos. Ademais, suas formas de se inserir no mundo também são novas, com um potente uso da internet, com uma valorização da sua origem periférica – essa nova classe não muda de bairro quando ascende, e produz cultura a partir das suas referências tradicionais, tais como o Funk no Rio de Janeiro, o Hip-Hop em São Paulo, o “TecnoBrega” na Região Norte, o Forró Universitário no Centro-Oeste e Nordeste.

A essa classe trabalhadora dividida em duas é possível ainda agregar um terceiro segmento social, a classe média. Trata-se de um segmento relativamente privilegiado na sociedade brasileira, que nunca foi proprietário dos meios de produção mas sempre teve acesso aos direitos fundamentais, seja porque o Estado os promove, seja porque o mercado os oferece. Esses privilégios começaram a ser desfeitos com a recessão neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, e por isso a classe média foi base eleitoral importante para o PT no final dos anos 1990 e, principalmente, na vitória de Lula em 2002.

Mesmo com os ganhos que essa classe média teve nos dez anos de governo Lula – comprovados nos gastos de brasileiros no exterior e no pleno emprego atingindo pelos setores mais escolarizados - muitos se

afastaram do campo petista em meio às crises de corrupção, em especial à chamada crise do mensalão, ocorrida em 2005. Uma minoria se colocou a esquerda do projeto petista, enquanto a maioria desse setor terminou por fazer parte do movimento reacionário das elites demofóbicas, que são contra os movimentos das classes que vem de baixo.

As classes dominantes também estão em movimento nesses últimos dez anos. Mesmo sem aceitar a perda de direção política representada pela vitória de Lula e Dilma⁴, o capital e as classes dominantes fizeram dinheiro como nunca no experimento capitalista brasileiro. É nesse aspecto que o sinal contraditório da década lulista aparece com mais força: ao mesmo tempo em que promoveu justiça social, com uma política econômica que estimulou a geração de emprego e alguma distribuição de renda, manteve as condições amplamente favoráveis para o mercado agir, sem alterar, por exemplo, a estrutura tributária brasileira, bastante cruel com os mais pobres e em especial com as classes médias, e sem alterar os marcos regulatórios das relações mercantis.

⁴ Ver pesquisa com 120 grandes empresários publicada no jornal Valor Econômico no dia 07 de agosto de 2013, na qual 47% disse preferir o presidenciável do PSDB, Aécio Neves, outros 22% optaram pelo governador de Pernambuco Eduardo Campos e apenas 7% declaram voto em Dilma nas próximas eleições.

Assim, por exemplo, o movimento sindical segue sendo impedido de organizar os trabalhadores dentro das fábricas e empresas, onde predomina o despotismo patronal, sempre ilustrado pelas novas firmas de telemarketing, cujos trabalhadores são proibidos de ir ao banheiro nas situações mais extremas.

Outro exemplo dessa situação de mercado livre está em duas esferas fundamentais da vida dos brasileiros nas grandes cidades brasileiras, a saber, a moradia e o transporte. Com relação a habitação, o governo Lula promoveu uma desregulamentação do mercado, com a Nova Lei do Inquilinato de 2008, que ampliou os direitos do proprietário e reduziu do inquilino. O objetivo era o de aumentar a oferta de imóveis. Por outro lado, as políticas públicas do PAC e do Minha Casa Minha Vida trabalharam para resolver o histórico déficit habitacional dos mais pobres sem o contexto de uma reforma urbana plena, o que geraria inúmeros conflitos. Dessa forma, o governo estimulou a construção de novas unidades habitacionais nos poucos espaços livres dos centros e das melhores zonas urbanas, e sobretudo nas periferias e regiões afastadas. O resultado foi uma explosão do mercado imobiliário como nunca antes

na história desse país.⁵ Os preços dos aluguéis e dos imóveis dispararam. Morar ficou muito mais caro.

A esse fato se somou o fato de que a política de estímulo à compra de automóveis individuais não foi acompanhada do investimento em transporte público de massa e da construção de novas vias de escoamento nas cidades. Essa política, fundamental para o crescimento econômico, geração de emprego, etc, teve uma consequência trágica no que tange ao problema da mobilidade urbana. As cidades médias e grandes do país são palco de engarrafamentos de duas a três horas no horário de rush matinal, a mesma situação se repetindo no horário de rush vespertino. O cidadão brasileiro ou continua morando longe do seu trabalho e por isso enfrenta de 4 a 5 horas diárias de tráfego lento em ônibus lotados, se vê espremido nos metrô (quando existem) e trens, ou paga caro para morar nas regiões mais nobres e mais centrais das cidades.

Enfim, eis o cenário que explodiu no mês de junho. Uma juventude com perspectiva de futuro, estudando, trabalhando, consumindo, se informando, diante de uma ordem urbana caótica e mercantilizada, que contradiz os desejos dessa juventude.

⁵ Sobre o mercado imobiliário, ver <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1465>

Ainda assim, é preciso buscar o fogo que acendeu esse pavio. A hipótese deste texto é que tal chama veio da paralisia do sistema político-partidário brasileiro.

A paralisia do sistema político-partidário

O Brasil possui hoje um sistema político-partidário estabilizado em dois polos, quais sejam, de um lado as forças desenvolvimentistas, que apostam no apoio popular a partir dos bons ventos econômicos, e do outro as forças neoliberais cujo principal discurso na esfera pública é o tema da corrupção. Para além dessas alternativas existe uma esquerda mais radical, bastante minoritária, e outros atores políticos tentando se construir como terceira via. A situação não se altera quando se analisa os movimentos sociais. A grande maioria se insere no campo desenvolvimentista. As forças neoliberais não possuem nenhum movimento social organizado ao seu lado, enquanto aqueles que estão fora desses dois polos organizam pequenas parcelas da sociedade civil.

Nesse sentido, não é de estranhar que as jornadas de junho pegaram de surpresa praticamente todos, desde analistas e especialistas até os próprios atores políticos e sociais do país. A grande maioria dos protagonistas e até mesmo dos

coadjuvantes das disputas político-partidárias que organizaram a vida política brasileira nos últimos vinte anos não conseguiu acompanhar os movimentos recentes das classes sociais no Brasil.

Aqueles que se colocam a “esquerda” do governo petista não anteciparam as manifestações, mesmo se colocando de fora do sistema político. Em geral isso se deve a um profundo isolamento provocado por uma posição política que iguala os anos Lula aos anos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Tal posição não é capaz de dialogar com a massa de trabalhadores e da classe média que viveu a depressão econômica do segundo mandato de FHC, entre os anos 1999 a 2002, simbolizado pelo apagão energético de 2001.

Também os que estão à direita do espectro político foram incapazes de prever a revolta social, e o principal motivo dessa incompetência está na sua demofobia secular, marca registrada da elite brasileira, e que foi alimentada na última década pela recusa em aceitar a ascensão social dos de baixo. As críticas elitistas à situação dos aeroportos, abarrotados de povo, são a manifestação sincera desse sentimento, que ganha forma, na arena pública, no combate à “corrupção”, que tampouco dialoga com a maioria da população, tendo em vista o caráter endêmico e

estrutural da corrupção do sistema político brasileiro.

Mesmo nos atores sociais da esquerda que seguem dialogando e/ou fazendo parte da experiência de governo nacional, a surpresa imperou. A maioria desse campo acreditava que havia espaço para mais dez anos de continuidade dessa política de desenvolvimento com democracia e manutenção da ordem. Alguns poucos dentro do PT atentaram nas eleições municipais de 2012 - e em especial na capital paulista - para o potencial explosivo da nova configuração das grandes cidades do país, sem mobilidade urbana, sem locais de lazer acessíveis para a maioria da população, extremamente caras de morar, de comer. Mesmo assim, apostaram que a solução desse problema poderia ser dar no bojo do mesmo projeto, da mesma estratégia.

Muitos ativistas e militantes sociais desse campo alertaram para o fechamento (em alguns casos, retrocesso) durante o governo Dilma de diversas dinâmicas democráticas que haviam sido abertas pelo governo Lula. As conferências, mesmo com seus limites, perderam força; políticas públicas inovadoras, tais como os pontos de cultura, se cristalizaram; outras, uma vez instituídas, vão perdendo seu sentido estratégico mais transformador, passam a fazer parte do status quo. Nesse caso estão o

PROUNI, a expansão das universidades federais, o programa Bolsa Família, o programa de auxílio à agricultura familiar, que precisam continuar, mas não servem mais para por os atores em movimento. E existem ainda os retrocessos em debates históricos da esquerda, como no caso da democratização dos meios de comunicação e da cultura. Mas ninguém previu uma jornada de mobilizações de tamanha intensidade como a que ocorreu em junho.

A resposta para essa incapacidade coletiva de antecipar as mobilizações talvez seja explicada pelo ineditismo da situação política e social vivida no Brasil. Pela primeira vez a sociedade brasileira está em movimento, de forma livre, combinando desenvolvimento econômico com democracia, e tudo parecia caminhar bem dessa forma. O sistema político brasileiro, estável, seguia funcionando, e seus protagonistas e coadjuvantes procuravam se localizar nesse cenário.

Para o PT, principal vencedor das últimas três eleições presidenciais, tratava-se de continuar no mesmo caminho, e a alta popularidade da presidenta Dilma parecia confirmar a crença; para o PSDB, principal opositor, a questão era renovar-se para seguir polarizando a política brasileira com o PT; o PMDB, maior partido brasileiro em número de

parlamentares e prefeitos, buscava consolidar seu lugar de sócio do PT em nível nacional, e ao mesmo tempo seguir liberando suas lideranças regionais para fazer outras alianças, incluindo com o PSDB. As possibilidades de "renovação" do sistema político vinham de dentro dele, tais como aquela expressa pelo Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) ou mesmo a alternativa liderada pela ex-senadora Marina Silva, que luta para fundar um partido até outubro de 2013, o que lhe permitirá disputar as próximas eleições presidenciais.

Nenhum deles enfrentou de frente, em qualquer momento dos debates políticos recentes, os movimentos das classes sociais brasileiras. O surgimento da nova classe trabalhadora foi traduzido pelo mercado como "o surgimento de uma nova classe média", a qual se atribui apenas desejos de consumo. Governo e oposição compraram essa ideia, sem problematizações mais profundas. Os dilemas urbanos vivenciados por milhões de brasileiros foram reduzidos a estratégias de desenvolvimento econômico, no caso das forças desenvolvimentistas, ou às consequências da corrupção, para as forças neoliberais.

Destas últimas, de fato, não se esperava que entendessem a

novidade da estrutura de classes brasileira. Mas é estranho que aqueles atores sociais que protagonizaram tal processo social também tenham sido pegos de surpresa. É verdade que o PT vem recusando a ideia de "nova classe média" e insistindo na caracterização de nova classe trabalhadora analisar a nova estrutura de classes do Brasil. Porém, foi incapaz de liderar qualquer movimento novo após as jornadas de junho, estando ainda aturdido com as vozes das ruas e com a vertiginosa queda de popularidade da presidente Dilma.

Já o governo Dilma, por outro lado, organizou respostas que buscam aproveitar os movimentos das classes trabalhadoras no país a fim de promover reformas e mudanças mais estruturais. As tentativas de promover uma reforma política através de plebiscito popular e o programa de expansão do atendimento médico público e de qualidade para as regiões mais pobres foram importantes para que Dilma recuperasse o protagonismo político e alguns pontos na sua popularidade. As respostas aos problemas urbanos, todavia, seguem ausentes do sistema político brasileiro.

Junho e suas jornadas são resultado, por um lado, da construção urbana (des)ordenada pelo mercado e, por outro, dos movimentos das classes

sociais contra este (des)ordenamento, e a favor de outras dinâmicas sociais, em especial das classes média e das classes trabalhadoras, justamente aquela que sofrem mais com a Cidade-Mercado. Tudo isso liderado pela juventude dessas classes, justamente o segmento com mais energia para se movimentar, com mais anseios e desejos construídos nos últimos dez anos.

O sistema político brasileiro foi sacudido por essa onda de mobilizações juvenis. Todos os campos políticos estão a disputar o sentido estratégico das jornadas, e suas consequências. As forças neoliberais se animaram com a queda na popularidade da presidente Dilma, e com a realização de um segundo turno, antes incerto. As forças desenvolvimentistas apostam em dias melhores na economia no segundo semestre para recuperar a liderança eleitoral, ao mesmo tempo em que testam novas medidas de governo para atender aos movimentos das classes.

Uma coisa é certa: tal movimento não vai parar depois de junho, e apenas mais do mesmo vai provocar somente mais frustração, mais indignação. Na mais "natural" do que uma nova estrutura de classes exigir um novo arranjo político, uma nova construção urbana. É assim na história recente de todas as nações, e foi assim também

na história recente do Brasil. A fundação do PCB em 1922 foi resultado da nova estrutura de classes do Brasil nos anos 1910 e 1920, com o surgimento de uma classe trabalhadora urbana. A fundação do PT, em 1980, é o resultado da nova estrutura de classes produzida pela Ditadura Militar.

Não é o caso de apostar agora em surgimentos de novos partidos. Mas é preciso ter a certeza que a nova classe trabalhadora vai gerar, pela luta, novas cidades, novas políticas.

Partidos Políticos

Partidos políticos de esquerda no poder: burocratização e relação com a sociedade civil

Talita Tanscheit
Pesquisadora OPISA

Em junho de 2013, o Brasil vivenciou uma acelerada transformação em sua conjuntura política. Motivada, em um primeiro momento, por manifestações contra o aumento das passagens de ônibus em algumas cidades, como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, as manifestações expandiram-se rapidamente para centenas de cidades do país. O seu

poder de mobilização, muito acima do esperado, possibilitou não só a revogação do aumento das passagens de ônibus em diversas cidades, mas também o “retorno” da população às ruas reivindicando seus direitos – sejam políticos, sociais ou civis – e participando de maneira mais ativa da vida política do país. Neste contexto, um conjunto de propostas e projetos políticos vem se inserindo com mais capilaridade na agenda política brasileira, e, conseqüentemente, sendo disputado pelas representações político-ideológicas organizadas tanto à esquerda quanto à direita do espectro político-ideológico brasileiro.

A fim de possibilitar que esta onda de manifestações resulte em uma reconfiguração não apenas da conjuntura, mas das prioridades da agenda política-brasileira e do exercício da representação, as mais diversas dimensões da política e da sociedade necessitam ser minuciosamente analisadas e compreendidas, destacando-se, neste trabalho, o papel dos partidos políticos de esquerda nas sociedades modernas, centrais nos sistemas políticos democráticos da Europa e da América. Buscar-se-á analisar os seus respectivos comportamentos no poder político nacional dos mais diversos países, considerando tanto as opções que lhes possibilitaram uma vitória eleitoral em nível nacional, quanto às prioridades políticas dos partidos de

esquerda uma vez no poder, bem como possíveis mudanças em suas relações com a sociedade civil.

Em 2002, o Brasil elegeu Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, o primeiro presidente eleito por um partido considerado à esquerda do espectro político-ideológico brasileiro, o Partido dos Trabalhadores (PT). Além de eleger o Presidente da República, o PT elegeu, em 2002, a maior bancada do Congresso Nacional, com 91 deputados, 21 parlamentares a mais que a segunda maior bancada, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A vitória eleitoral de 2002, bem como as consecutivas vitórias à Presidência da República – a reeleição de Lula em 2005 e a eleição de Dilma Rousseff em 2010 – impõem novas questões a serem refletidas pelo PT, tanto no que se refere a sua dinâmica interna quanto no ao seu papel a frente do Poder Executivo brasileiro.

Resgatar determinadas experiências vividas por partidos e coalizões governistas na Europa e na América do Sul, em que há a predominância de um partido político de esquerda, podem nos fornecer elementos para, de alguma maneira, compreendermos a realidade brasileira, expondo que os dilemas enfrentados pelo Partido dos Trabalhadores – referentes à burocratização partidária e o seu

impacto na relação com a sociedade civil – ainda que possuam diversas singularidades, possuem similaridades com experiências tanto europeias quanto sul-americanas.

A reconfiguração dos Governos Representativos e a emergência de partidos políticos de esquerda

Desde o século XVII, os partidos políticos vêm sendo fundamentais para a estruturação dos Governos Representativos (MANIN, 1995), adquirindo centralidade política a partir de meados do século XIX, com a reconfiguração no modelo de representação – responsável por dar origem à “Democracia de Partido”⁶ – motivada a partir de dois elementos: a extensão do sufrágio e a emergência de partidos políticos de massas. Segundo Manin, é neste período em que os partidos políticos têm um papel central tanto na organização do eleitorado quanto do Governo Representativo como um todo, através da valorização de suas plataformas políticas e do reposicionamento do papel do partido sobre o candidato, sendo o partido mais importante do que o

representante no momento de escolha dos eleitores.

Além da centralidade do partido ao invés do representante individual na Democracia de Partido, a emergência dos partidos de massa – em sua maioria de esquerda – transformou a própria relação da representação, inserindo uma larga parcela da população nas dinâmicas internas dos partidos políticos. Essa inserção mobilizou e organizou as massas na dinâmica político-partidária, possibilitando a sua participação no debate político-programático e a possibilidade de escolher quais serão os candidatos dos partidos às eleições, estreitando as relações entre representantes e representados (MANIN, 1995). Este processo, todavia, não foi sempre estável, mostrando sua fragilidade principalmente em conjunturas em que os partidos de esquerda possuíam como objetivo alcançar, nacionalmente, uma maioria eleitoral.

O Governo Representativo baseado na “Democracia de Partido”, ainda que passando por transformações, tem uma considerável influência no Governo Representativo contemporâneo, sobretudo se analisarmos os partidos de esquerda originários da emergência dos partidos políticos de massa. No decorrer do século XX, a esquerda alcançou importantes vitórias políticas

⁶ Manin formula três tipos ideais de Governo Representativo: o Governo Parlamentar; a Democracia de Partido e a Democracia de Público. Segundo o autor, a Democracia de Partido é resultado de uma reconfiguração do Governo Parlamentar, em que a presença dos partidos políticos, e não da figura do parlamentar, passa a ser vista como um componente essencial da democracia representativa (Manin, 1995).

e eleitorais na Europa, em um ambiente onde um amplo caminho para a formulação político-intelectual de esquerda estava em aberto – seja da socialdemocracia, do socialismo ou do comunismo.

A esquerda na Europa Ocidental: a segunda metade do século XX

A esquerda europeia passou por uma série de transformações durante o século XX, destaca-se a ascensão dos partidos de esquerda, em um período em que estes conquistaram sucessivas vitórias eleitorais. Ao passo que estas vitórias eleitorais tornavam-se possíveis, uma ampla crise de identidade permeou as organizações políticas da esquerda europeia no decorrer das décadas de 80 e 90, fruto de suas opções prévias, durante e após a ocupação desses partidos dos principais postos políticos nacionais (ANDERSON et al, 1996).

Esta crise de identidade atingiu praticamente toda a esquerda europeia, seja o sul latino, onde a socialdemocracia possuía, à sua esquerda, uma forte tradição comunista; seja no centro anglo-germânico, onde a disputa com correntes conservadoras se mantinha forte; ou nos países escandinavos, em que ocorreram as mais bem-sucedidas experiências de construção do *welfare state* nas sociedades industriais. Se for possível algum tipo

de generalização, a crise da esquerda europeia corresponde principalmente a uma incapacidade em reinventar-se criativamente frente a cenários políticos diversificados. Como por exemplo, a ausência de respostas às crises econômicas, em que a esquerda associa-se a ela e torna-se o próprio motivo de existência da crise (ANDERSON et al, 1996).

Ainda que cada país possua singularidades, houve uma opção da esquerda em conciliar-se com a ordem capitalista e reger a sua economia, ao invés de inserir-se a uma nova configuração política e social em surgimento. Esta opção concretiza-se após um amplo processo de burocratização e institucionalização destes partidos políticos, no qual se evidencia não apenas um recuo em seus programas políticos, mas um crescente afastamento de suas bases sociais, que historicamente os sustentavam (ANDERSON et al, 1996).

Neste processo de burocratização, há uma tendência geral, em nome de vitórias eleitorais, a uma organização da esquerda em torno de grandes coalizões, que agregam partidos à esquerda e à direita do cenário político. Por causa destas coalizões, os recuos programáticos realizados pelos partidos criam uma dissociação entre suas maiorias: estes alcançam maiorias eleitorais, mas perdem a sua

maioria política – em especial a sua capacidade de mobilização e organização das massas. Gradativamente, há um movimento de transformação: tornam-se partidos de gerência de governo e da burocracia estatal, como mostram as opções realizadas pelo Partido Socialista, na França, pelo Partido Comunista, na Itália, ou pelo Partido Socialdemocrata, na Suécia⁷ (ANDERSON, 1996).

As experiências vivenciadas pela esquerda europeia na segunda metade do século XX fornecem diversos elementos para analisar o desenvolvimento de sua burocratização partidária: buscando vitórias eleitorais, os partidos de esquerda ou optam por coalizões à direita e/ou afastam-se de seus programas originais. Além de aderirem a uma política econômica de mercado, afastam-se de suas bases que, historicamente, sustentavam seus programas políticos. As derrotas eleitorais do início dos anos 90, ocorridas em diversos países da Europa ocidental, podem ser explicadas como consequências destas opções. Ora, se a única opção política está à direita, que a genuína

direita seja eleita. Em certa medida, optou-se por uma conformação à ordem neoliberal – tão bem sucedida na Inglaterra e nos Estados Unidos da América – ao invés de buscar compreender e superar os dilemas que os levaram a esta burocratização, bem como criatividade política frente às novas configurações sociais, garantindo tanto uma preservação de seu programa político quanto de suas bases. É esta a grande orientação que pode ser dada aos partidos da esquerda brasileira, em especial ao Partido dos Trabalhadores.

A esquerda na América do Sul: Brasil e Chile

Após um longo período de regimes militares em países da América do Sul, as décadas de 80 e 90 inauguraram um novo ciclo de esperanças para os países sul-americanos. Frente à possibilidade de reorganização partidária, antigos partidos da esquerda voltaram à legalidade e novos partidos foram criados, bem como os movimentos sociais voltaram a organizar suas bases e a interferir nas agendas políticas dos países. Apesar da onda neoliberal na política sul-americana da década de 90, em que os presidentes sul-americanos encontravam-se, em sua maioria, alinhados a política dos Estados Unidos da América – alinhamento este que não apenas desestruturou os Estados nacionais,

⁷ Anderson e Camiller (19996) organizam uma série de artigos com análises do desenvolvimento histórico da esquerda em oito países da Europa Ocidental: França, Itália, Espanha, Alemanha, Inglaterra, Suécia, Dinamarca e Noruega. Com suas singularidades, em todos os países parece haver uma tendência geral a esta crise de identidade, com a qual este se baseia.

mas que acentuou consideravelmente as desigualdades nos países sul-americanos – os partidos de esquerda e os movimentos sociais permaneceram ativos, enraizando-se e aumentando a sua capilaridade tanto eleitoralmente quanto em suas bases sociais. Se na década de 90 a esquerda sul-americana vive um período de resistência à ordem neoliberal, os anos 2000 representam um novo ciclo político para o continente, com eleições de presidentes de esquerda na maioria dos países.

Formou-se, na redemocratização chilena, uma grande coalizão de centro-esquerda, a Concertación, originada pelos partidos que se posicionaram contra a ditadura de Augusto Pinochet. Em 2009, a vitória de Sebastián Piñera pela Alianza, coalizão política de direita chilena, interrompeu um período de 20 anos de presidentes *concertacionistas*, responsáveis por administrar o país desde a sua redemocratização. Durante o seu período a frente da Presidência da República, a coalizão de centro-esquerda, que havia recebido de Pinochet um país cuja administração deveria ser em um paradigma gerencial, fruto das reformas neoliberais realizadas nas décadas de 70 e 80, optou por permanecer administrando o país sob essa égide. Agregando também setores de centro-direita, como a

Democracia Cristã, as administrações da Concertación não buscaram transformar o paradigma administrativo do país, optando por uma atuação institucional em que o espaço de disputa política era, sobretudo, o parlamento, bem como abdicando da promoção de reformas profundas no país, mesmo sobre a gestão de Michele Bachelet, do Partido Socialista. Em um governo de pouca participação popular, a coalizão de centro-esquerda passou a ser considerada traidora pelas suas bases tradicionais e históricas, que solicitavam a Concertación uma reformulação em sua política, capaz de inserir a população mais democraticamente nos processos político-decisórios, apresentando poucas diferenças em relação à Alianza (BENNETI e MEDEIROS, 2011).

Após esta derrota, a Concertación, que está há pouco mais de três anos na oposição ao presidente Sebastián Piñera, parece estar buscando reformular-se, tanto em seu programa político quanto em sua relação com a sociedade civil, em especial as bases sociais que historicamente respaldaram a esquerda no Chile. Atualmente, parece haver um rearranjo na esquerda chilena com o fortalecimento do Partido Comunista (PC), em que as lideranças políticas de movimentos de estudantes e trabalhadores são seus membros,

como a líder estudantil Camila Vallejo e a presidenta da Central Única dos Trabalhadores Barbara Figueroa, bem como uma tentativa dos partidos de esquerda da Concertación, como o Partido Socialista e o Partido Pela Democracia, de realinharem-se em um bloco político à esquerda do que foi a Concertación em seus 20 anos na presidência, priorizando, por exemplo, uma aliança com o PC. Com a alta rejeição de Piñera⁸ e a provável vitória de Michele Bachelet nas eleições presidenciais (que possui o inédito apoio dos comunistas), espera-se que, de fato, uma nova maioria política e social seja constituída no Chile, com bases democráticas e participativas, possibilitando que o Chile seja integrante do processo político virtuoso que está em curso na América do Sul.

Brasil: o Partido dos Trabalhadores no poder

Após mais de 20 anos de governos militares, a redemocratização brasileira caracterizou-se como um período de grande efervescência política, em que a discussão política centrava-se na construção de uma nova Constituição Federal. Gerada através de uma Assembleia Constituinte, a Constituição Federal de 1988 é fruto de um rico processo de

debates e de participação, em que são garantidos, constitucionalmente, direitos civis, políticos e sociais, bem como um novo horizonte para a participação política brasileira, no qual, além de reestabelecer a existência dos partidos políticos, uma série de práticas participativas são impulsionadas nas três esferas da federação.

Em relação ao reestabelecimento dos partidos políticos, destaca-se a incorporação real dos partidos de esquerda no sistema político brasileiro, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, um partido não apenas eleitoralmente viável, mas com características típicas de um partido de massas – o PT foi criado por importantes figuras de um novo movimento sindical, emergente principalmente no ABC paulista, em conjunto com as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e com a intelectualidade universitária da Universidade de São Paulo e da Universidade de Campinas, sendo estes considerados as bases principais de sua origem (SECCO, 2011). Além destes três eixos de sustentação do partido, diversos movimentos sociais – ambientalistas, feministas, religiosos, regionais – apoiaram a criação do PT.

O desenvolvimento do PT no cenário político nacional impôs, desde o início, uma série de dilemas ao partido, em

⁸ Ver pesquisas mensais de avaliação de governo realizada pelo Instituto Adimark, em www.adimark.cl

especial no que se refere a sua burocratização e a sua institucionalização. Inicialmente, é importante realçar que esta burocratização não se inicia em 2003, quando o partido alcança a sua mais importante vitória eleitoral, mas em um processo que se inaugura logo após a efetiva consolidação do partido, no início da década de 90. O PT organiza-se por tendências internas⁹, representantes de diferentes grupos militantes, e operava, inicialmente, com um grande leque de forças políticas, em sua maioria bastante heterogêneas e com autonomia para tomar decisões frente ao partido, em alguns momentos contrapondo-se à deliberações internas. Assim, apesar de manter uma representatividade nas organizações responsáveis por construir o PT, em um primeiro momento, o partido via-se frágil em sua organização, uma vez que as suas tendências priorizavam mais a sua própria organização do que a organização do próprio PT (NOVAES, 1993). Sem buscar fazer juízo de valor sobre as virtudes e vicissitudes deste processo, a burocratização do PT inicia-se quando o partido opta por adequar-se às exigências da “grande política”, aceitando as regras do jogo eleitoral e assumindo a luta institucional. Suas opções caminham

tanto para um partido forte em eleições quanto para um partido coeso e com uma organização interna burocratizada e com normas internas mais rígidas. O PT, que elegeu Lula após 3 tentativas anteriores de alçá-lo à Presidência, inicia de fato o seu processo de burocratização mais de uma década antes da vitória de Lula em 2002.

Evidentemente, uma vez no poder os dilemas a serem enfrentados adquirem uma escala maior, especialmente na realidade brasileira, onde as clivagens sociais, culturais e sociais são extremamente marcantes e definidoras de nossa realidade. Desde a sua fundação até os dias de hoje o grande dilema enfrentado pelo PT diz respeito a um problema político de fundo: como adequar a cultura revolucionária à ordem institucional (Novaes, 1993). O resultado disso, uma vez no poder, é um governo que incorpora setores diversos da política brasileira: enquanto possui uma elite dirigente composta por lideranças dos movimentos sociais, mantém em sua estrutura forças políticas historicamente conservadoras, como a família Sarney, do Maranhão. No segundo mandato de Lula, em 2006, Franklin Martins era Ministro da Comunicação Social, enquanto Hélio Costa Ministro da Comunicação; Miguel Rossetto Ministro do Desenvolvimento Agrário, enquanto Odílio Balbinotti Ministro da

⁹ Ver Historiograma das Principais Tendências do PT em Secco (2011).

Agricultura. Assim, optando por um governo que, a cada mandato, incorporava mais partidos em sua coalizão, o processo de burocratização do PT se aprofunda conforme seus anos a frente da presidência se estendem.

Se for possível uma avaliação, a burocratização do PT possui tanto aspectos positivos quanto negativos. Positivamente, estes aspectos referem-se a sua institucionalização, optando por administrar a máquina pública, o partido promoveu um amplo processo de inclusão social e distribuição de renda, demonstrados através de pesquisas do IBGE e do IPEA, inaugurando um novo período para o Estado brasileiro. Negativamente, o partido enfrenta as consequências de suas próprias escolhas, correndo o risco de ser um partido mais adequado à ordem institucional e menos conectado a uma cultura revolucionária. Ainda que as experiências da esquerda europeia sejam necessárias para a análise da realidade brasileira, é interessante notar que, ao passo que o PT se burocratiza, o partido busca, ao mesmo tempo, encontrar mecanismos institucionais que possibilitem ao partido um permanente e constante diálogo com a sociedade civil, não apenas através de sua comunicação com os movimentos sociais, mas impulsionando práticas participativas em suas administrações.

A introdução de práticas participativas nas administrações políticas do Brasil, com o objetivo de envolver os cidadãos na formulação, no controle e na execução da gestão pública, vem para fortalecer e consolidar a democracia e a representação política e é garantida pela Constituição Federal de 1988. No Brasil, essas práticas foram impulsionadas a partir do Orçamento Participativo, na cidade de Porto Alegre, em 1989 (D'AVILA, 2000). Sob a administração do Partido dos Trabalhadores, o Orçamento Participativo foi o primeiro instrumento que possibilitou a participação da população na discussão sobre a alocação dos recursos provenientes do orçamento público municipal¹⁰.

De fato, as práticas participativas sempre foram uma marca do PT. O crescimento progressivo do partido possibilitou a implementação do Orçamento Participativo em diversas cidades do Brasil e, após um longo período como partido opositor aos Presidentes da República, em 2003 o PT passa a administrar o Poder Executivo federal, esperando-se que práticas participativas pudessem ser implementadas nacionalmente. Nesta direção, destacam-se as Conferências Nacionais de Políticas Públicas, que apesar de existirem desde 1941, são

¹⁰ Para informações sobre o funcionamento do Orçamento Participativo em Porto Alegre a partir de 1989, ver D'Avila, 2000.

notadamente valorizadas a partir de 2003, quando se assumem como “instituições representativas e participativas” (POGREBINCHI et al, 2011). Organizadas pelo Executivo em conjunto com a sociedade civil e com o objetivo de construir planos nacionais de políticas públicas, as conferências são responsáveis por redefinir a relação entre Estado e Sociedade Civil, permitindo que a sociedade participe e delibere as políticas da gestão pública nacional. As Conferências, que ainda estão em processo de análise, visto que são um instrumento relativamente recente em nossa democracia, parecem possibilitar o aprofundamento da democracia no Brasil. Em síntese, se em um primeiro momento o PT buscou implementar práticas participativas em suas administrações municipais, o partido permanece buscando mecanismos de aproximação da relação entre Estado e sociedade civil quando a frente da Presidência da República (POGREBINCHI et al., 2011).

Como visto anteriormente, em diversos países os partidos ou as coalizões (como no caso chileno) passaram por profundas crises, uma vez no poder, com suas bases sociais, tanto em sua dinâmica interna quanto em sua dinâmica externa. No Brasil, é possível aferir que, em grande medida, a priorização destas “instituições participativas”, como o

Orçamento Participativo e as Conferências, permitiram, em certa medida, uma processo diferente dos enfrentados pela esquerda europeia ou pela coalizão de centro-esquerda chilena, sendo responsáveis, inclusive, por redefinir, de maneira histórica, as relações entre Estado e sociedade civil. Como um novo experimento, as Conferências ainda necessitam de muitos aprimoramentos, como serem, em última medida, consultivas, permanecendo a ausência de mecanismos de controle direto dos cidadãos sobre as políticas públicas e sobre os representantes. Mas ainda assim, representam um grande avanço para a consolidação da democracia no Brasil.

A nova conjuntura e os desafios para o próximo período

A experiência da socialdemocracia europeia expõe que os dilemas da burocratização dos partidos de esquerda não são inéditos, mas “inerentes” à maioria dos partidos de esquerda que visam a alcançar vitórias eleitorais, ou seja, a assumir a responsabilidade de administrar um país. As manifestações que vêm ocorrendo no país, ao passo que reivindicam mais direitos e mais participação e inclusão política, sugerem não uma oposição à administração do Partido dos Trabalhadores, mas uma reivindicação por serviços públicos de qualidade e

gratuitos, que não apenas atendam a população, mas que a população possa interferir democraticamente em sua confecção e gerência.

Não há dúvidas de que o PT, por ser o partido da Presidenta da República, carrega uma grande responsabilidade, que a esquerda europeia não teve, a de encarar esta nova conjuntura e ter criatividade política, dando respostas à altura dos anseios da população. Seguindo a frente da Presidência da República e aumentando progressivamente – tanto nas eleições municipais quanto nas eleições estaduais e nacionais – a sua representatividade no Legislativo e no Executivo, além de um contínuo crescimento em número de votos, o próximo período será importante para conformar o que o PT será nos próximos anos. Da socialdemocracia europeia, tem-se o ensinamento de como não agir, com o recado de que permanecer com laços estreitos com suas bases sociais é fundamental para a sua sustentação; da experiência da esquerda chilena, sugere-se uma revisão dos partidos políticos membros da coalizão governista da presidenta Dilma Rousseff. Há alguns meses, seria possível afirmar a vitória desta opção realizada pelo PT:

"Assim, não podemos negar que Lula e o PT tiveram a capacidade de compreender as contradições sociais de seu tempo. Eles encontraram a forma na qual as

contradições podiam se mover. E este é, no fim das contas, o método pelo qual elas são resolvidas segundo disse Marx. Ao menos até o instante em que o leito em que adormecem os conflitos se torne estreito demais para acomodá-los" (SECCO, p.266,2011).

Nesta nova conjuntura, é tempo de apontar novos horizontes, enfrentando de maneira mais ofensiva as contradições existentes no Governo Federal e as desigualdades da sociedade brasileira. A esquerda deve, necessariamente, estar tanto internamente quanto enquanto estiver a frente do Poder Executivo, ter como prioridade o diálogo com os movimentos sociais e a sociedade civil organizada, sendo este um caminho a ser enfrentado a fim de possibilitar que o Brasil construa uma democracia mais participativa e inclusiva, capaz de ampliar cada vez mais os horizontes e as esperanças da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

Observatório Político Sul Americano. Banco de eventos. Disponível em: www.opsa.com.br

Instituto Adimark – www.adimark.cl

ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick. Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BENETTI, Pedro; MEDEIROS, Josué. Política em movimento: uma análise dos blocos partidários chilenos durante o governo Piñera. *Observador On-line*, v.6, n.4, abril 2011. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/image/s/pdf/observador/80_observador_topico_Observador_v_6_n_5.pdf.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. Ateliê Editorial, São Paulo, 2011.

D'AVILA, M. Paulo.. Democracia, clientelismo e cidadania: a experiência do Orçamento Participativo no modelo de gestão pública da cidade de Porto Alegre. Tese de Doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2000.

KINZO, Maria. Partido, eleições e democracia no Brasil pós-1985. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n.54, 2004.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, ano 10, n. 29, p. 5-33. São Paulo, 1995.

NOVAES, Carlos
Alberto Marques. PT: dilemas da burocratização. Novos Estudos Cebrap, n. 35, p. 217-237, 1993.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 54, n.3. Rio de Janeiro, 2011.